

A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE NO GOVERNO GOULART: NARRATIVA, PERSONAGENS E ANÁLISE ATRAVÉS DO JORNAL *O GLOBO*

Eric Patrick Silva de Faria Rocha¹

RESUMO: Intenciona-se, neste artigo, expor a Política Externa Independente brasileira e o processo do qual ela resultou, através das páginas do jornal *O Globo* e de discursos dos personagens à época, visando analisar seus posicionamentos e priorizando o veículo noticioso como espaço enunciador de opiniões, artigos e editoriais. Objetiva-se também marcar alguns componentes do seu esforço discursivo durante o governo de João Goulart, apresentando-se um percurso histórico das relações exteriores brasileiras partindo dos anos de 1950.

Palavras-chave: Política Externa Independente; Jornal *O Globo*; Relações Internacionais.

ABSTRACT: This article intends to expose the Brazilian Foreign Policy and the process from which it has resulted, through the pages of the newspaper *O Globo* and the speeches of the characters at the time, aiming to analyze their positions and prioritizing the news vehicle as a space for expressing opinions, articles and editorials. It is also intended to mark some components of his discursive effort during the government of João Goulart, presenting a historic course of Brazilian foreign relations starting in the 1950s.

Keywords: Independent Foreign Policy; Newspaper *O Globo*; International Relations.

INTRODUÇÃO

No início dos anos de 1950, um processo histórico e de promoção de um novo alcance perante a sociedade brasileira ocorrera no Brasil com a modernização e aprimoramento do sistema capitalista no país. Puxado pela aliança de longo tempo com os Estados Unidos, o país cresceu vertiginosamente no campo econômico, expandindo-se para os campos social e político. O investimento externo americano fora um dos carros chefes da política de desenvolvimento durante boa parte do período republicano, e os anos 50 eram o resultado de uma crescente dinamização de todas as esferas que conformavam a realidade brasileira. O descaso americano e o avanço interno brasileiro, entretanto, germinaram uma nova atitude do Brasil no campo da política externa, impelido pelo desenvolvimento e pela necessidade de

¹ Licenciado em História pelas Faculdades Integradas Campograndenses (FIC's/FEUC). E-mail: eric_patrickcg@yahoo.com.br

conquista de novas áreas de relações comerciais, bem como o recrudescimento do avanço do próprio capitalismo: a Política Externa Independente.

A influência hodierna do país nas relações internacionais se deve muito às ações dos governos executores da PEI, citando Jânio Quadros e João Goulart. Como dito, o projeto de uma nova atuação no campo das relações externas era necessário, entretanto, encontrava oposição mesmo em solo brasileiro por aqueles que se convencionou chamar de “entreguistas”, defendendo uma aliança privilegiada com os EUA. A relevância da coragem para a descentralização da relação com os americanos deve ser sublinhada, e a sua inação poderia ocasionar uma acomodação brasileira aos interesses estadunidenses, desconfigurando toda uma política externa que, até hoje, é permeada pelos ideais da Política Externa Independente de Quadros e Goulart.

Objetiva-se neste espaço analisar as ações da Política Externa Independente do governo João Goulart através do Jornal *O Globo*, buscando delimitar sua posição e crítica às ações do Itamaraty, bem como encaixar e exemplificar as ações da PEI dentro das diretrizes e classificações dos teóricos que se propuseram a analisar e a definir suas linhas gerais. A imprensa da época, representada pelo jornal *O Globo* em nosso esforço de pesquisa, se configura como importante fonte de fatos e relatos, demonstrando também ser um canal ativo de questionamento às ações do governo brasileiro, de modo a servir determinados interesses de viés político do plano conservador. Utilizaremos-na para também comprovar o respeito às “regras” estabelecidas quando iniciada a Política Exterior Independente dos últimos governos da era republicana encetada em 1946.

EMBRIÕES DE UMA NOVA POLÍTICA EXTERIOR

A Política Externa Independente brasileira começa a formar seus primeiros traços durante o segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954), findado com o seu suicídio. Os anos de 1950 são marcados pela progressiva transformação brasileira no âmbito social e político carreado pela modernização, alicerçada na evolução do parque industrial, avançando no desenvolvimento do capitalismo.

O sistema político, à época de Vargas, era débil no que concerne à representatividade, cerceando a total participação popular nos rumos do país. Marcadas pela desigualdade social histórica, as contradições da sociedade brasileira

também se constituíam como compositoras de uma atmosfera propensa a confrontos de cunho ideológico e material, provocando os choques sociais e classistas. Diante deste quadro, Vargas viu-se obrigado a reanimar o projeto desenvolvimentista por substituição de importações, o que implicava no investimento nas indústrias de base. Nesta equação, uma peça importante do problema precisaria ser redefinida e recomposta com vistas a contemplar os novos objetivos do mandatário: as relações exteriores. (VIZENTINI, 2017, p. 203).

Neste primeiro instante, entende-se que a busca pelo desenvolvimento com fulcro no setor industrial só poderia ser realizada com sucesso mediante o alinhamento de interesses com a potência líder da trincheira capitalista: os Estados Unidos. Defrontando-se com a realidade da Guerra Fria, Vargas percebeu-se com poucas alternativas para atrair as atenções norte-americanas, “pois os países socialistas ainda eram considerados ‘inimigos’, a Europa ocidental e o Japão mal concluíam a reconstrução econômica” (VIZENTINI, 1999, p. 101), e, ao mesmo tempo, o Terceiro Mundo ainda engatinhava no campo político por se apresentar no estágio inicial da descolonização. Quanto à América Latina, apresentava-se um forte elo historicamente formatado junto aos estadunidenses, apesar de seu descaso, mostrando desinteresse em relação à situação de subdesenvolvimento dos países americanos.

Esta indiferença já se fazia sentir desde o governo do condestável Dutra, mesmo com uma política externa brasileira passiva e de alinhamento automático aos Estados Unidos. Entretanto, mesmo diante da pouca margem de manobra e da tergiversação americana, Getúlio procura adotar no balcão de negociações das relações exteriores uma espécie de “barganha nacionalista”, configurando-se em um plano estratégico na perseguição pelo *status* de aliado privilegiado (VIZENTINI, 1999), embora não tenha obtido resultados práticos.

A despeito dos magros resultados do plano externo, Vargas aproveitou cada espaço e ainda ousou criar outros canais na diplomacia brasileira dos anos de 1950. Segundo Vizontini (2017), esse “esboço de multilateralização”, apesar de ter como meta a atração dos interesses americanos para o solo brasileiro, incomodou o *status quo* hegemônico por estes, provocando a reação conservadora que se seguiu tanto

no plano externo quanto interno. A Política Externa desempenhada por Vargas – alimentada por fatores objetivos do desenvolvimentismo – representou a semeadura no cenário da política externa de uma atuação mais agressiva e postulante dos interesses nacionais no plano mundial. Sua postura “adquiriu um tom reivindicatório consentâneo com o agravamento das necessidades nacionais, cujo atendimento só seria possível pelo desenvolvimento econômico” (BUENO, 2003, p. 278).

Com o suicídio de Vargas no final 1954, o vice-presidente Café Filho assumiu o posto, conforme a Carta Constitucional. O mandato de pouco mais de um ano de Filho teve como característica principal o realinhamento aos Estados Unidos. Apresentou-se durante sua ocupação do posto presidencial a forte regressão da “barganha nacionalista” de Vargas, quase significando uma viagem no tempo ao período de Dutra (BUENO, 2003). Os nacionalistas – grupo que acreditava na defesa dos interesses nacionais como fórmula para o desenvolvimento – criticaram duramente sua gestão, acusando-o de consentir acordos que promovessem vantagens unilaterais aos EUA. Em uma das proposições reclamadas pelo grupo, encontra-se o acordo para o monopólio sobre as jazidas brasileiras de minerais atômicos, fortemente condenado e tomado como danoso para a soberania nacional (BUENO, 2003).

Em 31 de janeiro de 1956, tomou posse Juscelino Kubitschek, ex-prefeito de Belo Horizonte e ex-governador de Minas Gerais. Eleito pelo PSD, o mineiro de Diamantina assumiu a cadeira do maior posto do executivo brasileiro para comandar o governo “mais bem-sucedido da experiência democrática”, de acordo com Moreira (2017, p. 158). Para a autora, o governo de Juscelino foi quase uma “proeza”, conciliando o processo de afirmação do sistema democrático com o desenvolvimento premente do capitalismo no país.

A urbanização do país, puxada pelos setores de transporte e energia elétrica, experimentaram um salto de abrangência, tendo como norte o Plano de Metas. O Plano de Metas era constituído por 30 diretrizes que envolviam os setores de energia e transporte, alimentação, educação e indústrias de base, vistas como prioridade para a elevação do patamar brasileiro nos parâmetros do capitalismo mundial.

Juscelino também promoveu a diminuição do desemprego por meio do investimento no parque industrial, que, com seu avanço, pôde criar milhares de

empregos para os trabalhadores urbanos. Também tornou mais acessíveis produtos que antes apresentavam preços inflacionados por serem enveredados ao país pelas vias da importação. O índice de aprovação e do atestado de desenvolvimento interno pela população brasileira chegou a níveis altíssimos, 80% de respostas positivas à pesquisa relativa à indagação se de fato JK acelerara o desenvolvimento do país. (MOREIRA, 2017). O nacional-desenvolvimentismo efetuado por Juscelino apresentou grande parceria com o capital estrangeiro, ação que não era inédita no cenário político-econômico brasileiro. Paraninfo de uma turma de diplomatas em 1959, no Instituto Rio Branco, afirmou a importância do Ministério de Relações Exteriores para o desenvolvimento interno²

Nesta mesma ocasião, Kubitscheck salienta o papel do diplomata, que, recém-egresso, deve prestar atenção nos diplomatas mais experientes e não encarar como serviço inferior as demandas de seus chefes dentro das embaixadas. No que importa, Juscelino fala sobre a missão do diplomata no plano exterior:

A política exterior não é mais assunto cuidado no recesso de gabinetes, comissões e centros especializados de estudos. Passou a ser matéria de palpitante interesse para a opinião pública. Seus múltiplos aspectos são hoje comentados, analisados, debatidos pelo homem da rua. Já não é dado a ninguém fechar os olhos ao impacto e desenvolvimento dos problemas internacionais sôbre [sic] a vida e o progresso do país. Não há praticamente empreendimento público ou privado que não dependa cada vez mais, direta ou indiretamente, de uma política exterior consentânea com os grandes objetivos nacionais³.

O discurso de Juscelino nos permite perceber a relevância da política externa para o desenvolvimento do país, buscando-se recrutar parcerias através de um sistema de trocas necessárias para o cumprimento dos objetivos econômicos. Havia a necessidade de pacíficas e intensas negociações no plano externo, a fim de acrescer ao volume de exportações e promover o crescimento, aliando o capital estrangeiro a partir dos investimentos externos. As relações exteriores ganhavam, naquele instante, os ambientes populares, onde já se percebia os impactos das negociações e os

² Discurso de Juscelino Kubitscheck em 22 de janeiro de 1959 para os novos diplomatas brasileiros. Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1959/05.pdf/view> (Acessado em 04/10/2017)

³ Discurso de Juscelino Kubitscheck em 22 de janeiro de 1959 para os novos diplomatas brasileiros. Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/jk/discursos/1959/05.pdf/view> (Acessado em 04/10/2017)

resultados obtidos dos incumbidos da missão diplomática. A política externa andaria, em caráter ainda mais acentuado, lado a lado com o progresso do país.

A política nacional desenvolvimentista tornou-se a pedra angular para a atuação do Brasil no plano externo. Permeia, até a atualidade, a ação diplomática do Brasil, com maior ou menor ênfase. Entretanto, apesar da reiterada e nova disposição do governo nos tratos exteriores, a política externa de Juscelino era essencialmente hemisférica, mesmo quando os países europeus revigoravam o seu desenvolvimento e voltavam à cena no campo das negociações externas, dando maiores alternativas financeiras e comerciais, e conseqüentemente, maior margem de manobra a Kubitscheck. A barganha nacionalista fundada por Vargas é revitalizada pelas mãos de Juscelino, mas de forma limitada. Vizentini (2017) atribui o seu retorno à Operação Pan-Americana (OPA) que “objetivava atrair a atenção dos Estados Unidos para a América Latina e obter maiores créditos nos marcos do sistema interamericano, comprometendo a Casa Branca num programa multilateral de desenvolvimento econômico de largo alcance” (VIZENTINI, 2017, p. 206). O programa pretendia investir em regiões economicamente atrasadas no território americano, buscando o aumento do desempenho produtivo. Procurava-se também resguardar os produtos primários exportados pela parte latino-americana, conservando seus preços, e, por fim, buscava a liberalização dos estatutos das organizações financeiras internacionais.

Houve a tentativa de Juscelino de expandir sua barganha nacionalista para o Terceiro e Segundo Mundo, mas de forma débil e defensiva. “Iniciativas como a OPA e a sinalização comercial em direção aos países socialistas eram, essencialmente, uma forma de barganha com os EUA” (VIZENTINI, 2017, p. 207). O eixo da comunicação brasileira, deste modo, apresentava-se orientado verticalmente a norte-sul, ensaiando um esboço de atuação no nível horizontal sul-sul e no eixo diagonal sul-leste (relações com o Terceiro Mundo e os países socialistas, em ordem), entretanto, de forma incipiente e pouco ousada.

O governo, a seguir, se constituiu como um dos mandatos mais controversos da História Política brasileira, e dá prosseguimento ao protagonismo da política externa como instrumento de desenvolvimento do país. Com a maior votação da história, Jânio Quadros assume o cargo presidencial e executa uma nova e aprimorada

maneira de se relacionar no plano externo, fundando a Política Externa Independente, importante momento para a História das relações internacionais brasileiras.

Apesar do crescimento econômico e do desenvolvimento interno, a sustentação do avanço capitalista no Brasil trazia novas demandas, e o que se seguiu ao governo Kubitschek foi um período de crise. Segundo Benevides (1981), logo após sua posse, Quadros proferiu um discurso apontando para os erros do governo Kubitschek, imputando-lhes o teor da irresponsabilidade, jurando um aumento da rigidez com que trataria a assustadora realidade financeira do país, com uma dívida externa correspondente a 2 milhões de dólares. E, de fato, um dos maiores problemas a serem resolvidos se encontrava na questão da inflação, em protuberância desde o final do mandato de JK. Como fatores contribuintes para o agravamento inflacionário, pode-se destacar o Plano de Metas, que, devido ao seu ritmo acelerado, gerava uma grande quantidade de moeda para absorção, aumentando os preços. Também se pode acrescentar “o declínio persistente dos preços, em dólares, dos produtos de exportação e a superprodução do café” (BENEVIDES, 1981, p. 50).

Ademais, o êxodo rural apresentava um fluxo aparentemente inesgotável, aumentando a população urbana de forma vertiginosa. Com isso, as classes médias, o operariado e a burguesia já se articulavam no meio político, e traziam novos deveres e exigências ao governo brasileiro. As massas, cada vez mais presentes, precisavam de uma resposta mais abrangente do governo. Visto isso, as bases internas para a execução e afirmação posterior da PEI eram formatadas por um projeto de desenvolvimento comum pela sociedade em expansão econômica e representativa, ancorado pelo nacionalismo; se constituíam a partir das novas imperiosidades da produtividade industrial, levantando questões sobre seu escoamento e como respondê-las de forma frutífera; partiam da necessidade de ampliação de mecanismos para a obtenção de divisas, objetivando importar bens de capital, exportar produtos primários de difícil escoamento e sustentar seus preços junto à obtenção de investimentos e tecnologias estrangeiras (VIZENTINI, 2004). A título de exemplificação do desejo de redirecionamento da política externa brasileira, Jânio afirma:

No entanto, na situação atual, não podemos aceitar uma posição nacional predeterminada, exclusivamente na base das premissas acima. É inegável que temos outros pontos em comum com a

América Latina em particular, e com os povos recentemente emancipados da Ásia e África, que não podem ser ignorados porque se encontram nas bases do reajustamento da nossa política, e sobre eles convergem muitas das linhas principais do desenvolvimento da civilização brasileira. Se é verdade que não podemos relegar nossa devoção à democracia a um lugar secundário, não é menos verdade que não podemos repudiar laços e contatos oferecendo grandes possibilidades para a complementação nacional (QUADROS, 1961, p. 153).

As premissas as quais Jânio se refere são da nossa formação cultural sob as bases do cristianismo, fazendo-nos um povo ocidental por excelência. Mesmo não negando os pontos em comum que possui com os países latino-americanos, também não se esquece dos povos asiáticos e africanos, recém-libertos e ainda em processo de emancipação do jugo da colonização. Jânio já dimensionava a importância de tais nações para a readequação da política nacional, refutando qualquer desprezo que poderia atingi-las. A nova delimitação da política externa passaria então a incluir estes novos personagens fundamentalmente, pugnando pelo entrelaçamento dos interesses que possibilitariam o grande objetivo: a complementação nacional, ou, em outros termos, o desenvolvimento a partir de um novo mapa de negociações no plano exterior.

Os dizeres de Jânio se embasam e se justificam no início dos anos de 1960. Assim que toma posse, em janeiro de 1961, Quadros funda as bases para a nova política exterior. As mudanças do contexto internacional abriam portas para a execução de um novo *modus operandi* no plano exterior, onde a URSS surgia novamente como possibilidade de interlocução. As oportunidades de investimento e do desenvolvimento do campo tecnológico, junto à expansão das comunicações no que concerne às relações financeiras e comerciais foram responsáveis por uma nova configuração dos papéis dos personagens no campo das relações exteriores, no referente à URSS (VIZENTINI, 2004). Em adição a isso, os países do Leste Europeu, membros do bloco socialista, se apresentavam como mais uma opção de negociação, aumentando a margem de barganha não só do Brasil, mas de outros países que subiam ao mastro a bandeira do desenvolvimento. Também se deve destacar a recuperação das economias europeias e do Japão, onde perseguiram “com cautela e perseverança a retomada de seus interesses” (VIZENTINI, 2004, p. 128). Enfim, os

países aliados e derrotados da Segunda Guerra Mundial tornam-se alternativas na complexidade do cenário político externo.

A multilateralidade que iria ser praticada durante a PEI passa, desta forma, essencialmente pela diagonalização e horizontalização nos trâmites das relações externas, mas não desmonta as relações historicamente estabelecidas, leia-se, as relações com a potência norte-americana capitalista, ainda líder hegemônica do sistema. Os primórdios do governo de Quadros, apesar de conturbados, “aglutinavam as principais tendências políticas nacionais” (BUENO, 2003, p. 310).

O avanço da economia brasileira e a intensa industrialização do país durante a década de 1950 foram os propulsores para uma nova política externa, levando em conta o crescimento do poder econômico e social da realidade brasileira, edificando renovadas necessidades políticas que o sistema de comando republicano deveria abarcar. Paulatinamente, o novo espaço social brasileiro empurrara os governos coevos rumo à redefinição de seu papel no plano exterior, visto que a evolução do parque industrial e o desenvolvimento acentuado do capitalismo no país se estabeleceram e provocaram novas demandas que deveriam apresentar teor mais abrangente. Construída sobre os alicerces de uma desigualdade histórica, a sociedade brasileira era um campo minado, que exigia passos minuciosamente sobrepostos para a efetivação da “complementação nacional”.

A PEI DO GOVERNO GOULART PELO JORNAL O GLOBO: PARLAMENTARISMO

A renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 fora uma mudança até certo ponto inesperada e causou alguns “terremotos” no cenário político brasileiro. Os ministros militares, munidos de grande influência, eram acintosamente contrários à posse do então vice-presidente, o Sr. João Goulart. Naquele instante, Jango negociava termos com a China comunista, exercendo a Política Externa Independente inaugurada por Quadros. Apesar do desejo de veto, o Congresso Nacional, apoiado por considerável parcela da sociedade civil, garantiu a posse de Goulart. Entretanto, o ex-ministro do trabalho de Vargas não teria plenos poderes. Após intensos debates, instituiu-se o sistema parlamentarista. (TOLEDO, 1991).

Jango deu – não obstante a limitação de seus poderes –, como já visto, prosseguimento à Política Externa Independente durante seu mandato. Tão logo

assumiu o cargo, indicou San Tiago Dantas para a pasta do Ministério de Relações Exteriores. San Tiago (1962) resumiu em 5 pontos as diretrizes da PEI. A primeira se remete a contribuição para a paz mundial, considerando o ambiente de tensão e medo que permeavam as ações do dia a dia nas ações diplomáticas, bem como defender a coexistência pacífica e o desarmamento geral e progressivo; a segunda denotava a posição contrária do país quanto à interferência nas questões internas das nações, procurando dar robustez aos princípios de não-intervenção e a autodeterminação dos povos; em seguida, visava-se à ampliação do mercado externo brasileiro objetivando abrir as barreiras tarifárias da América Latina e a intensificação dos trâmites comerciais com uma teia de países hipertrofiada, incluindo as nações regidas pelo sistema socialista; em quarto lugar, se constituía em apoiar incondicionalmente a descolonização; e, derradeiramente, a quinta diretriz se referia à política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico do país, prestando ou aceitando a ajuda global.

A Política Externa Independente, desta forma, se imbuía de uma visão de caráter universalizante, capaz de perseguir seus próprios interesses sem preconceitos de qualquer ordem ideológica, ratificando sua programação pragmatista. (BUENO, 2003, p. 310).

Sob o regime parlamentarista, a política internacional brasileira já era alvo de atenção de personagens da política e da sociedade, exalando-se diversas opiniões sobre sua execução. O jornal *O Globo* se apresentou como um grande canal de exposição de posições relativas à PEI, fornecendo terreno fértil para diversas concepções sobre as relações externas praticadas pelo Brasil. Em 17 de janeiro de 1962, o jornal veiculou um artigo escrito por 5 ex-titulares da pasta das Relações Exteriores, adicionando ingredientes que envolviam outro país da América Latina: Cuba. O primeiro era José Carlos de Macedo Soares, ocupante interino da pasta durante o Estado Novo e titular durante o governo Kubitscheck; em seguida, João Neves da Fontoura, ocupante do cargo no governo Dutra e em parte do segundo mandato de Vargas; outro era Vicente Ráo, titular durante a parte final do segundo governo de Vargas; e Horácio Lafer, chefe da pasta nos últimos anos do período governado por Kubitscheck. Raul Fernandes, o quinto ex-ministro – que esteve

presente no ministério nos governos Dutra e Café Filho – não assina a matéria de *O Globo*, mas os escreventes afirmam o seu consentimento com o artigo.

Neste artigo, os ex-ministros dissertam sobre o ocorrido em Cuba, com sua conversão ao comunismo em articulação com a União Soviética e a China “vermelha”. Lembram-se de conferências e reuniões passadas, como as ocorridas em Bogotá (1948), Caracas (1954), Washington (1951) e Santiago do Chile (1959), onde ficaram pré-estabelecidas determinadas condições de proteção interamericanas, sob a tutela da Organização dos Estados Americanos (OEA). Essencialmente, estabeleceu-se que era dever dos estados da associação manter a unidade fundando sua integralidade com base nos preceitos democráticos, onde a intromissão de regimes totalitários provocaria um rombo nas relações, visto que era obrigatória a participação de todos os envolvidos na disciplina da ação congregacional combativa do continente. Os ex-chanceleres desejavam se resguardar do perigo comunista sem atingir o princípio da não-intervenção e de autodeterminação dos povos, suplicando por uma solução em Punta Del Este, local no qual se sediaria o próximo encontro da OEA.

O que não nos parece acertado e nem conveniente é a posição resignatória de cruzar os braços. Até por instinto de conservação têm as Repúblicas americanas de tomar uma atitude que, sem ferir o princípio da não-intervenção, isole Cuba do nosso convívio político através do rompimento coletivo das relações diplomáticas, que a elimine do quadro da OEA, enquanto durar a ditadura fidelista, sobretudo porque não é lícito invocar o preceito da autodeterminação para justificar, sob a capa da neutralidade, o descumprimento de compromissos soberanamente assumidos por todos e pelo Brasil (*O GLOBO*, 17/01/1962, p. 2).

Chamando a atenção para os seus títulos de ex-comandantes da pasta, os autores pedem para serem ouvidos pelos governantes, e principalmente San Tiago Dantas. Esperavam que o desejo do governo estivesse em consonância com os seus, imputando à crise continental um ser “capaz de aniquilar a mais completa organização de convivência internacional existente no mundo e até de tornar possível a explosão de uma terceira guerra” (*O GLOBO*, 17/01/1962, p. 2).

Os apelos dos ex-ministros, entretanto, não fizeram efeito, e San Tiago Dantas manteve a posição de não retaliação a Cuba. Sobre o escrito em questão, podemos perceber a vontade clara e manifesta dos autores de se restringir, sob algum modo, as comunicações com Cuba, fazendo referência aos assuntos tratados nos encontros

ocorridos no que concernia à proteção unificada e zeladora do sistema democrático, visando repelir regimes que se pretendessem totalitários. Por meio deste artigo, é possível ter uma noção dos posicionamentos dos ex-ministros quando exerciam a chancelaria, pugnando pelos ideais de união interamericana de combate ao comunismo e colaboração irrevogável com os norte-americanos. Tais acordos e reuniões denotam o posicionamento brasileiro sob o manto da unilateralidade, assinalada por Vizentini (1999). Mesmo com os avanços internos e dos interesses brasileiros no plano exterior, é importante ressaltar sua subordinação aos estadunidenses, ocasionado pelo contexto da Guerra Fria. A probabilidade de fuga da órbita americana era diminuta, entretanto, ainda no final dos anos 1950, o Brasil ensaiava uma independência externa, formatando pouco a pouco o transformado modelo de Política Externa Independente.

Em 10 de março de 1962, na primeira página e no alto das manchetes, um artigo intitulado “Errou o Brasil ao Defender Condição Especial para Cuba” se faz notar, e o autor orienta o leitor a ir para a terceira página. No referido, encontra-se uma análise de outro embaixador, Arnaldo Mussich, também ex-assessor do presidente da Argentina à época, Arturo Frondizi. Apontando como um erro a designação a uma condição especial ao território cubano:

Digo erro porque não me parece conveniente que exista na América Latina, juridicamente protegida, a violência como método para resolver os problemas do subdesenvolvimento. [...] Sustentei a necessidade de um plano de ajuda econômica, de caráter excepcional, por parte dos Estados Unidos e das grandes potências industriais do mundo livre, para desenvolver a América Latina [...]. A meu ver, à medida que essa cooperação econômica de grande envergadura [...] não se concretize drasticamente e sem demora, existe grave perigo para os governos democráticos e para a ordem que considero indispensável ao progresso da América Latina. (*O GLOBO*, 10/03/1962, p. 3).

O embaixador acredita que o problema do subdesenvolvimento que aflige os países da América Latina não deve ser resolvido de forma agressiva, violentando os princípios do pacifismo. Para dirimir os riscos que uma crise no continente pudesse representar para os “sistemas livres”, acreditava que a elaboração de uma estratégia econômica, pautada no desenvolvimento substancial dos países latino-americanos, funcionaria como uma espécie de campo de força para as ideias de cunho subversivo.

Tencionando uma parceria com os países industrializados, um plano de cooperação econômica que fosse rapidamente praticada apresentaria grandes probabilidades de extinção do perigo aos sistemas democráticos e aos regimes de liberdade.

Outra interpretação emanada no jornal sobre a política externa brasileira se dá com o embaixador Roberto Campos. Campos se referiu à posição brasileira no contexto exterior de modo a constatar o novo modelo independente das relações, refutando sua neutralidade. O embaixador observa que, apesar de se apresentar uma nova maneira de se relacionar externamente, prezava-se pelos preceitos democráticos e ainda buscava-se contribuir para a diminuição das tensões ocasionadas pela Guerra Fria. No entanto, Campos se mostra um pouco insatisfeito, acrescentando que “as tentativas de certas tendências de criar dificuldades entre o Brasil e os EUA foi provocada, em parte, pela posição brasileira assumida em Punta Del Este a respeito de Cuba”, porém, o mesmo tenta enxergar essa própria posição “divergente da posição norte-americana” como uma investida para o “fortalecimento do sistema interamericano” (*O GLOBO*, 17/03/1962, p. 1).

Nota-se bastante temor na fala de Campos, deixando perceber sua preocupação com as novas posições brasileiras, assim como os ex-ministros da Quarta República. Mais uma vez, podemos notar o fluxo, no sangue da diplomacia brasileira da República de 46, da vacina norte-americana, colocando o país sob sua total tutela no plano das relações exteriores até a PEI. O posicionamento é visto como contraproducente e agressivo aos antigos preceitos. A posição contrária dos diplomatas de importância denota a orientação da política exterior durante o caminhar da história brasileira, considerando o ambiente bipolar. A postura do Brasil diante do problema cubano respeita a segunda proposição de Dantas para a Política Externa Independente, buscando não influir nos assuntos internos de Cuba. Também deve-se atentar para a desinflamação das relações da política internacional brasileira com os Estados Unidos, o que não corresponde a sua total exclusão, visto que a potência do norte transformou-se no grande parceiro industrializado, trazendo investimentos ao país.

No mesmo dia em que Campos obteve seu espaço no jornal, e no que tange às intenções de paz e ao desarmamento geral e progressivo sublinhados no primeiro

princípio por Dantas (1962), *O Globo* reservou um artigo intitulado “O Brasil a Favor da Inspeção Internacional do Desarmamento”. Referia-se a Conferência do Desarmamento, realizada em Genebra, com a presença de diversas representações diplomáticas, incluindo os países socialistas e africanos. Entre os vários pontos tratados no encontro, vale destacar algumas posições enunciadas por San Tiago Dantas. A primeira concerne ao trinômio “desarmamento, inspeção e reconversão”:

Círculos brasileiros disseram que o Brasil insistirá no trinômio desarmamento, inspeção e reconversão. Mereceu destaque dos observadores internacionais a ênfase dada pelo Ministro brasileiro ao problema da reconversão para a economia de paz das economias oneradas com vultosas despesas de armamentos. É idéia [sic] do Brasil que se deve estudar, desde já, êsse [sic] problema a fim de que o eventual desarmamento signifique aumento da cooperação dos países industrializados com os países subdesenvolvidos (*O GLOBO*, 17/03/1962, p. 12)

É entendido que o Brasil bateu na tecla da paz mundial através de um discurso contrário à motivação dos armamentos nucleares. Propugnou pela supervisão dos países reunidos e a reconversão das economias que investiam pesadamente em arsenal nuclear, redirecionando seus orçamentos para uma economia de paz que contribuísse ao desenvolvimento mundial. Em particular, este último ponto foi observado pelos presentes como o tópico mais enfatizado por Dantas, possibilitando medir um pouco da importância atribuída pelo Brasil à questão. Por fim, o país atrela o progressivo desarmamento à cooperação internacional, desembocando no auxílio dos países de Primeiro Mundo ao mundo subdesenvolvido.

PRESIDENCIALISMO E A POLÍTICA INTERNACIONAL INDEPENDENTE

O parlamentarismo não agradou a quase nenhum setor do cenário político e social, a não ser em um primeiro momento. Partidos importantes como o PSD e a UDN retiraram o seu apoio já no início de 1962 (NAPOLITANO, 2014). Durante todo o período do regime de gabinete, insurgiram-se diversos opositores dos mais variados matizes políticos e sociais, pressionando-se o Congresso Nacional a antecipação do plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Esmagadoramente, o regime presidencialista venceu a votação com cerca de 9,5 milhões de votos, contra 2 milhões de votos pelo regime parlamentar (FERREIRA; GOMES, 2014). Confiou-se, desta forma, na capacidade de negociação de João Goulart, permitindo restabelecer seus plenos

poderes de Chefe de Estado. A PEI, diante deste fato, se munuiu de mais poder e legitimidade na sociedade brasileira – assim como todo o programa político de Jango.

Neste ínterim, em 5 de março de 1963, *O Globo* fizera uma crítica pesada à condução da política externa brasileira e declarou guerra aberta aos “nacionalistas”, termo usado com aspas durante todo o editorial. Posto em primeira página e intitulado como “Os falsos patriotas”, o jornal aproveita um momento de conturbação política entre Brasil e França – na que ficou conhecida como a Guerra da Lagosta⁴ – para criticar as ações da PEI no plano externo e a posição política dos nacionalistas, exalando ironia e maledicência. O ódio do jornal perante a postura brasileira frente à questão cubana é evidente, chegando a afirmar que o Brasil, por respeitar o direito à autodeterminação cubana, “transformou-se no grande paladino de Fidel Castro” (*O GLOBO*, 05/03/1963, p. 1).

O editorial registra que, mesmo após as movimentações cubanas com intenções de invasão da revolução na América Latina, o país se manteve inerte, a ponto de estremecer laços importantes com os Estados Unidos. “Por não admitirmos a menor sombra de arranhão à soberania de Cuba” (*O GLOBO*, 05/03/1963, p. 1), as tensões se transferiram para o campo das relações internacionais atingindo um importante parceiro, assumindo-se o total de risco de baixa de investimentos externos da maior economia do mundo à época. Sugerindo uma suposta covardia dos “nacionalistas”, acusando-os de se calar perante a postura francesa de postar navios frontalmente à costa brasileira, o editorial condena sem menor pudor, e denota, de forma cintilante, seu posicionamento no que tange à questão cubana, quase clamando por uma intervenção estadunidense na ilha castrista. O jornal também sugere que os “nacionalistas”, caso os norte-americanos se prostrassem em mares brasileiros pressionando pela aceitação à violação da autodeterminação de Cuba, responderiam de forma acovardada e condescendente com a demanda imposta, vista as atitudes perante a atitude francesa. O editorial se encerra, deste modo, dizendo “que a força [sic] e poder dêste [sic] jornal residem exatamente na sua independência de atitudes. E

⁴ A Guerra da Lagosta foi um conflito marcado pela captura de lagostas de modo ilegal pela França no nordeste brasileiro, fomentando discussões sobre a soberania brasileira e desembocando em sérias discussões no âmbito diplomático entre os dois países. A crise foi tamanha que os países chegaram a mover seus armamentos bélicos, mas não avançou rumo a um confronto. Ver Braga (2004).

isso é coisa que dificilmente podem compreender aquêles [sic] que orientam as suas convicções pelos caprichosos ventos de Moscou” (*O GLOBO*, 05/03/1963, p. 1).

É de se notar a ligação que o jornal faz entre comunismo/supressão das liberdades, independência de atitudes apresentando-se em contraposição às convicções que são embasadas – segundo o jornal – pelos caprichosos ventos de Moscou. Segundo Ricardo Mendes (2004), os veículos de propaganda à época, comprovadamente, não faziam as distinções necessárias entre o fascismo/nazismo e o comunismo. Tudo era colocado em um só lado do espectro: regimes totalitários. As massas seriam, nestes regimes, simples fantoches a serviço do Estado, e a liberdade de imprensa, inapelavelmente, seria também comprometida às imposições estatais supressoras.

A insatisfação do jornal deve ter se alimentado ainda mais quando Jango reafirmou a política de não-intervenção nos assuntos cubanos em um encontro dos países latino-americanos em Santiago no Chile em abril de 1963. Na ocasião, Goulart ainda explanou sobre a reconstituição do intercâmbio comercial com a URSS, reconfigurado a base de novos termos, onde, segundo o presidente, estaria aumentando de 20 para 400 milhões de dólares anuais, representando um acréscimo de 380 milhões. Ainda, reiterou que o Brasil estava buscando um estreitamento das relações externas com os países socialistas, “porém sem nenhum compromisso de ordem ideológica” (*O GLOBO*, 24/04/1963, p. 6).

Mais uma vez, percebe-se o esforço do presidente e da política externa brasileira em multilateralizar as relações comerciais, assim como o desbravamento de novas relações diplomáticas que se encontravam sob a “cortina de ferro” após a Segunda Guerra Mundial. Antes de tudo, deve-se lembrar que o crescimento da economia brasileira compelia a sua política exterior a tomar essa atitude, embora incomodasse alguns setores historicamente ligados aos norte-americanos. Qualquer movimento em direção “sul-leste” era criticado somente por aqueles que, de alguma forma, sempre foram beneficiados pelos trâmites com os estadunidenses.

Nesta mesma edição, encontra-se o artigo intitulado “Goulart: Melhor Padrão de Vida, a Arma Real Contra o Comunismo”. Entre outros assuntos, Goulart respondeu negativamente se temia o avanço do comunismo. Compreendia que a entrada do

perigo comunista no país só poderia ser possibilitada mediante a continuação do subdesenvolvimento. Trabalhando forte, focado no problema do desenvolvimento, a política externa brasileira mantinha sua postura na autodeterminação dos povos, no desarmamentismo e na aliança com os países de Terceiro Mundo, dando especial atenção à América Latina. Ao final, Jango reafirmou sua confiança no sistema democrático como entendimento político máximo para o caminho do desenvolvimento, não promovendo apenas “discursos, mas com reformas que o povo vem exigindo, para o seu bem-estar social” (*O GLOBO*, 25/03/1963, p. 6).

Denota-se, mais uma vez, o caráter e as intenções pacifistas da Política Externa Independente brasileira. Repetidamente, clama-se pela evolução da situação dos países subdesenvolvidos, sendo premente a aliança com os países do Primeiro Mundo, alçados a esta posição pelo advento da industrialização. A política de não-intervenção nos assuntos internos também reafirmava os princípios de paz que norteavam a política internacional brasileira, visto que a intrusão em temáticas atinentes aos problemas internos dos povos poderia pressupor agressividade e jogar em desfavor – em um momento de tensões potencializadas – a causa pacifista, ação extremamente desnecessária diante do panorama político mundial. O caminho para a prevenção de ideias que pudessem causar a instabilidade e a guerra era único: o desenvolvimento dos países que se encontravam nas camadas subalternas da escala capitalista que, caso contrário, poderiam ser assolados por ideais diferentes e indesejados, visto o descaso dos prepostos capitalistas ao encarar a situação do mundo subdesenvolvido.

A Conferência do Desarmamento, realizada em Genebra, abrangeu o período parlamentarista e presidencialista de João Goulart, ocorrendo duas mudanças no comando da pasta do Ministério de Relações Exteriores até abril de 1963: a troca de San Tiago Dantas por Afonso Arinos de Melo Franco; e a sucessão de Hermes Lima como chanceler e primeiro-ministro de modo cumulativo em setembro de 1962 (BUENO, 2003). Em 16 de abril de 1963, Franco, que chefiou a delegação na oportunidade segundo o jornal *O Globo*, acreditava que as conversações em torno de uma solução pacífica e a promoção do desarmamento geral haviam falhado miseravelmente. Sua esperança era que as tratativas se reiniciassem e retomassem o

caminho para um consentimento pacifista. Entrando no espírito da *Pacem in Terris* de João Paulo XXIII⁵, recém expedida, Franco suplicava pelos ideais de paz, contrário enfaticamente ao desenvolvimento do arsenal nuclear. Sua fala é transcrita no impresso:

Suas idéias [sic] (inseridas na *Pacem in Terris*) são simples porque simples é também a imensa verdade que elas enunciam: sem desarmamento não haverá paz. A idéia [sic] de uma segurança baseada no equilíbrio de forças destruidoras em permanente progresso constitui uma fórmula insensata. O Papa nos mostra também que o ideal da paz na segurança somente poderá ser conseguido com a cessação dos ensaios nucleares para fins militares e um verdadeiro desarmamento sob contrôle eficaz (*O GLOBO*, 18/04/1963, p. 8).

A paz, sob o ângulo de Afonso Arinos, deveria ser acordada de forma imediata, passando fundamentalmente pelo desarmamento geral. O esforço da política externa brasileira é imenso no que concerne ao entendimento entre as potências nucleares, muito porque seu desenvolvimento pleno estava atrelado a um mundo necessariamente pacífico, pavimentando um caminho tranquilo para as negociações comerciais, de crédito e com fins de avanço do capitalismo no país, contemplando os diversos segmentos que pediam melhorias na estratificação social brasileira. O equilíbrio de forças a partir da coerção imposta pelo medo de um ao outro diante de seu arsenal não se apresentava correto, segundo o entendimento do chanceler brasileiro. Através da ênfase do pronunciamento do Papa, atentava para os testes nucleares com objetivos militares, denotando-se como a grande mácula para o alcance de uma situação pacífica.

Durante o ano de 1963, houve mais mudanças no comando do ministério de Relações Exteriores onde, depois de Hermes Lima, fora ocupado por Evandro Cavalcanti Lins e Silva – uma curta passagem de aproximadamente 2 meses – e João Augusto de Araújo Castro, sendo o chanceler de João Goulart até o fatídico primeiro de abril de 1964. Este último contribuiu largamente no campo das ideias em relação à

⁵ A Encíclica "*Pacem in Terris*" se configurou em uma tentativa da Igreja Católica e de seu sumo pontífice João Paulo XXIII de intermediar e requerer negociações em prol de um mundo pacífico, condenando os armamentos nucleares como medida para o equilíbrio de forças no contexto internacional (*O GLOBO*, 11/04/1963, p. 8).

política diplomática brasileira, e suas concepções “não só se coadunavam com os fundamentos da PEI, como também os aprofundavam” (BUENO, 2003, p. 349).

Em 26 de setembro, em um artigo de titulação “O Brasil Quer Ampliar o Tratado de Não-Agressão Proposto Pelo Kremlin”, Araújo Castro admitia que estudaria melhor a proposta do ministro de relações exteriores da URSS, Andrei Gromyko, visando ampliá-la para mais países em uma tentativa de imbuir o acordo em linhas multilaterais. O chanceler também transmitiu sua posição quanto às questões da descolonização e o desarmamento, tópico infatigavelmente abordado durante a Política Externa brasileira no período Goulart. O chanceler alegou que o desarmamento geral obtinha relevância especial para os países subdesenvolvidos, criticando os altos gastos com que as potências desempenhavam em seus arsenais nucleares, chegando à cifra de “120 bilhões de dólares anualmente”. A torcida de Araújo Castro, deste modo, provinha de uma esperança que ansiava pela não confirmação de uma coalizão pelo suicídio das nações incentivadoras do progresso – ou regresso – nuclear, o que poderia significar “a destruição da humanidade” (*O GLOBO*, 26/09/1963, p. 8).

Sobre as questões atinentes à descolonização, estavam em voga as problemáticas envolvendo as colônias de Portugal, principalmente Angola e Moçambique. O ministro acreditava que as nações africanas deveriam ter seu direito de autodeterminação e independência respeitadas, não concordando com o ponto de vista oficial de Lisboa. Ainda, Araújo Castro confiava em “uma solução pacífica dos seus problemas, e de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas⁶”, esperando que Portugal assumisse “uma atitude mais dinâmica”, e que permitisse “a diplomacia brasileira auxiliá-lo a resolver êsses [sic] problemas” (*O GLOBO*, 26/09/1963, p. 8). Desta forma, Araújo Castro contemplava outros princípios enunciados por Dantas em 1962, atendendo as referências sobre paz e o apoio unívoco às emancipações descolonizadoras, pontos evocados em dois dos princípios externados.

⁶ Basicamente, os princípios da Carta das Nações Unidas evocam e buscam respeitar o conceito de igualdade entre os países, pugnando pelo entendimento pelas vias diplomáticas de forma pacífica, comprometendo todo o sistema de relações internacionais a uma defesa uníssona em torno da respeitabilidade e o uso de negociações de paz até seu último ato, evitando-se de toda e qualquer forma o uso da força para repreender outro Estado. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm (Acessado em 19/10/2017).

Mostra-se clarividente o desejo brasileiro pelo desenlace de relações exteriores sem a atmosfera de uma guerra que poderia eclodir a qualquer minuto. A coexistência pacífica deveria ser uma prioridade de todos os países, para que as relações estanques dos dois mundos, polarizados pelas suas mazelas ideológicas, pudessem ser abertas e conquistassem a liberdade de qualquer ameaça aos bons entendimentos entre as diversas nações que se apresentavam, em inúmeras coisas, divergentes umas das outras, mas que partilhavam do mesmo globo. O mundo agrilhado pelo retrógrado sistema de colônias, mesmo que readaptado à modernidade, deveria ser extinto e a defesa pela autodeterminação dos povos era essencial para mitigar as dissensões e rumar para um mundo pacífico.

Em um de seus últimos atos como chanceler brasileiro em Genebra, no mês de março, já em 1964, Araújo Castro enfatizava seu desejo pela paz e sua preocupação quanto ao risco de guerra e o subdesenvolvimento, entendido pelo governo brasileiro, já anteriormente mencionado, como um dos principais causadores dos sentimentos que remetiam à insatisfação e, conseqüentemente, ao desejo de guerra:

Araújo Castro faz praticamente um apelo para que recursos direcionados a orçamentos visando o aprimoramento dos armamentos militares fossem enveredados para as nações que careciam de desenvolvimento, visto como principal via para a promoção e manutenção da paz em todo o mundo. O comandante da Política Externa Independente brasileira mostrava-se injuriado pela paz de espírito que poderia se apresentar na humanidade diante de um cenário escabroso onde a miséria e a fome faziam moradas, enquanto a economia dos países desenvolvidos delineava-se rumo ao aperfeiçoamento de tecnologias que só promoveriam a destruição e a aniquilação de milhares de seres vivos, ideais contraproducentes aos desígnios de bondade e compaixão que o mundo necessitava naquele momento. Seus últimos momentos como chefe da pasta, cortados pelo golpe militar em solo brasileiro, foram de permanente luta em defesa de investimentos para extinguir o mal do subdesenvolvimento, compreendido como um vírus que adoentava a humanidade pelo Brasil na sua política exterior. Vale lembrar que a busca de entendimento se dava dentro da lógica capitalista, onde a política de alinhamento com os Estados Unidos, apesar de arrefecida, nunca fora abandonada por completo. As acusações por

extensos segmentos da sociedade brasileira, entoando o comunismo como principal causa, não permitiram ao governo Goulart dar prosseguimento aos entendimentos pela paz através da Política Externa Independente.

Diversos atos de nossa Política Externa Independente nos 1960 evidenciaram e reafirmaram as novas diretrizes que, empurrados por um contexto interno de pleno desenvolvimento do capitalismo no país, marcaram uma atitude inovadora. Deve-se lembrar que a PEI é fruto de um processo construído pelos governos precedentes, principalmente desenvolvida nos mandatos de Getúlio Vargas, Kubitscheck e Jânio Quadros. As novas atitudes marcaram-se por uma redefinição de posturas frente às questões historicamente desvalorizadas, como no caso da América Latina, pela defesa onipresente de autodeterminação das nações do globo, visto que as novas demandas internas exigiam uma ampla interação internacional em busca do escoamento de uma indústria em crescimento e de potencial elevado como a brasileira.

Quanto à descrição e posicionamento explicitados pelo jornal *O Globo*, foi possível perceber um discurso agressivo, principalmente em relação a Cuba. O mal comunista era tido como a doença do século pelos editores, que transpareceram – de forma mais ou menos amena, variando conforme as tensões internas se propagavam – posição contrária a muitos princípios de uma Política Externa Independente pretendida pelo Brasil durante o governo João Goulart. O jornal, como podemos notar algumas vezes, condenava a atuação externa brasileira que, em diversas oportunidades, se chocava com os interesses norte-americanos, encarando como grande temor o desaquecimento das relações com aqueles que formamos uma aliança automática em alguns períodos da história brasileira, principalmente republicana. Criticou-se abertamente os nacionalistas, e deu a entender que o Brasil era complacente ao comunismo, apesar da insistente reafirmação do governo brasileiro nos preceitos democráticos e no chamado regime de liberdade. Apesar da busca pelo desenvolvimento, em prol de uma economia mais independente e atuante sob os moldes democráticos, as relações com a URSS e a defesa da não-intervenção em Cuba foram atitudes que, oportunamente, *O Globo* manipulou a favor de seus interesses, ficando claro desde a abertura de espaço para os depoimentos de diplomatas da época

de alinhamento automático e submisso: a defesa da preservação de relações privilegiadas com os Estados Unidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Externa Independente suscitou muitos debates nos anos 60 e fora foco de diversos questionamentos, apimentados pela conjuntura de tensão tanto no contexto mundial quanto interno brasileiro. Este artigo pretendeu denotar algumas posições sobre a temática das relações externas do país à época, passando pela sua contextualização histórica como um meio de especial importância para a compreensão dos atos e da formação de blocos de atuação e opinião sobre a política externa brasileira, escancarando posições de alguns personagens da esfera política e civil, como os ex-ministros, os presidentes e o Jornal *O Globo*.

Deve-se salientar algumas marcas do discurso e da formatação do jornal *O Globo*, apoiador evidente da via conservadora e de subjugação diplomática à potência imperialista americana à época da Guerra Fria. O uso da relação totalitarismo/comunismo; a condenação e a suposta “proteção” a Cuba no plano externo, utilizando-se disto para incutir temor e apreensão em seu leitor quanto à insistente difamação do sistema soviético; o amplo espaço a ideias de política externa que aproximasse o Brasil dos Estados Unidos; e a intencional ignorância quanto a reafirmação do governo nos preceitos democráticos acompanhada da onipresente acusação de inclinação a ideias de cunho soviético servem para nos demonstrar parte do posicionamento do veículo noticioso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRAGA, Cláudio da Costa. *A Guerra da Lagosta*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2004.
- CERVO, Amado, BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3º ed. São Paulo: Ática, 2003.
- DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- MENDES, Ricardo Antônio Souza. *As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965*. Locus. Revista de História. Juiz de Fora, vol. 10, n. 1, 2004. pp. 79-97.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. "Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. 7ª ed. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases*. Ensaio FEE. Porto Alegre, v. 20, n. 1, pp. 134-154, 1999.

_____. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. "Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. 7ª ed. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

QUADROS, Jânio. *A Nova Política Externa do Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, ano IV, n. 16, pp. 150-156, 1961.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. 11.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

FONTES PRIMÁRIAS

Acervo do jornal *O Globo*, de onde foram selecionadas as edições que publicaram os artigos relativos à execução da Política Externa Independente, dentro do período analisado que se limitou a setembro de 1961 até março de 1964: <http://acervo.oglobo.globo.com>.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

Discurso de Juscelino Kubitschek para os novos diplomatas brasileiros, em 22 de janeiro de 1959: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/jk/discursos/1959/05.pdf/view> (Acessado em 04/10/2017).

Princípios da Carta das Nações Unidas: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm (Acessado em 19/10/2017)

Recebido em 30/01/2018
Aprovado em 18/03/2018